

## **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LETRAS-PORTUGUÊS: NOVAS PERSPECTIVAS**

Cláudia Lopes Nascimento (UEL)

**RESUMO:** O grande desafio do Estágio Supervisionado Obrigatório é constituir-se como espaço de aprendizagem que ajude o professor em formação inicial a refazer continuamente a prática e a descobrir novos jeitos de compreender o fazer pedagógico e de conviver com ele. Tendo como foco da conferência apresentada, durante o evento II ESTAGIAR - Encontro do Estágio de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, no período 29-31 de outubro de 2018, na Universidade Estadual de Londrina, promovido pelo Departamento de Letras Português pela mesma instituição de ensino superior público, pretendemos discorrer sobre o Projeto Político Pedagógico do curso Letras Vernáculas Clássicas, da Universidade Estadual de Londrina/PR (UEL), aprovado em 2017 e implementado em 2018, pautado em sua elaboração pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Letras (BRASIL, 2004), mas também refletir sobre a maneira como o Projeto Político do curso de Letras da UEL está em consonância com o que é prescrito na Base Nacional Curricular (BRASIL, 2017), documento norteador das práticas pedagógicas no Ensino Básico brasileiro e, finalmente, apresentar discussão sobre como o Estágio Supervisionado Obrigatório se articula em relação às mudanças implementadas com base nas orientações do novo PP (2017) do curso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estágio Curricular; Letras Vernáculas; Formação do Professor.

### **1. Introdução**

Com a promulgação da Constituição brasileira de 1988, a democratização da escola se consolidou e, desde então, a educação brasileira vem lutando em prol da democracia por direito, ou seja, de acordo com a LDB do Decreto n.º 319, de 20/12/2007 luta-se por uma educação que consolide o “direito de todos como um dever do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal”.

Com a implantação de uma educação democrática, o ensino brasileiro apresentou significativas mudanças nas duas últimas décadas: queda da taxa de analfabetismo, aumento do número de matrículas e, em consequência, o crescimento das taxas de escolaridade média da população. Atualmente, a preocupação é a de desvendar e subsidiar métodos para não perder

essas conquistas, principalmente, pela evasão escolar e pela falta de junção entre conhecimento e prática social relevante ao sujeito.

Dessa forma, a produção de um currículo que expresse concepções sobre o sujeito, o ensino e a aprendizagem contextualizados socialmente, inseridos em um método condizente com as práticas pedagógicas forma a pauta atual de prioridades de problemas a serem enfrentados; demandas a serem atendidas; objetivos a serem perseguidos e ações de políticas educacionais a serem instauradas, priorizando discussões sobre a educação que formem cidadãos reflexivos e engajados para com o seu contexto social, em que se busca dar ao homem a oportunidade de redescobrir-se através da tomada reflexiva do próprio processo em que vai se descobrindo, manifestando e configurando uma tomada de consciência (FREIRE, 1985, p.15)

Segundo Cunha (2012), a manutenção de uma educação democrática cabe aos organismos internacionais, aos governos, mas também à academia com suas pesquisas a cerca do ensino/aprendizagem e métodos de ensino, entre outras, e responsável pela formação inicial e continuada do professor.

Tendo como foco dessa conferência a formação inicial do professor de Língua Portuguesa, pretendo discorrer sobre o Projeto Político Pedagógico do curso Letras Vernáculas Clássicas, da Universidade Estadual de Londrina/PR (UEL), aprovado em 2017 e implementado em 2018, pautado em sua elaboração pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Letras (BRASIL, 2004). Pretende-se também refletir sobre a maneira como o Projeto Político do curso de Letras da UEL está em consonância com o que é prescrito na Base Nacional Curricular (BRASIL, 2017), documento norteador das práticas pedagógicas no Ensino Básico brasileiro. E, finalmente, apresento discussão sobre como o Estágio Supervisionado Obrigatório se articula em relação às mudanças implementadas com base nas orientações do novo PP (2017).

## **2. Curso de Letras Português da Universidade Estadual de Londrina**

Como se sabe, os cursos de Letras no Brasil podem apresentar-se sob a modalidade de “bacharelado” e “licenciatura”, embora na Universidade Estadual de Londrina, apresenta-se apenas na modalidade de licenciatura. De acordo com o Projeto Pedagógico de 2017, sua construção teve como orientação as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Letras, documento federal em que se afirma, como objetivo maior do curso o de “formar profissionais interculturalmente, competentes e capazes de lidar, criticamente, com as mais diversas

manifestações de linguagem, sempre cientes e respeitando o papel do outro” (BRASIL, 2001, p. 30).

Sendo assim, pode-se considerar o Estágio Curricular Obrigatório como o momento em que o graduando experimentará a atividade docente nas salas de aula. No novo Projeto Pedagógico do curso de Letras Português a sua carga horária passa a ser de 3120 horas, que o graduando deve cumprir ao longo de quatro anos, sendo que das 3120 horas/aula, 400 horas são dedicadas às atividades do Estágio Supervisionado ( 180 horas nas 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> séries, e 220 horas nas 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries).

Assim, do total de 3.420 horas exigidas como cumprimento da carga horária do curso (divididas em 3.120 horas para disciplinas; 204 horas para a participação em atividades complementares e 60 horas para cursar disciplinas especiais programadas), o Estágio Supervisionado corresponde a quase 10% da carga horária total, não considerando as disciplinas de Metodologia de Ensino, que são cursadas nos 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> semestres e que dão suporte teórico e metodológico para o desenvolvimento das atividades de estágio.

Sendo assim, não há preparação mais ligada à licenciatura em Letras do que o Estágio Curricular Obrigatório, como o próprio PP vigente afirma. Entre as diversas formas de inserção na escola, como o PIBIC, PIBID, participação de projetos de extensão e pesquisa, é ele que “figura como a mais relevante para a formação docente, sendo exigida sua realização para que se confira ao estudante a certificação do curso de licenciatura.” (UEL, 2017, p. 177).

### **3. O Estágio Curricular Obrigatório (ECO)**

Como afirma Pimenta e Lima ( 2004), o estágio é o eixo central na formação de professores, pois é através dele que o profissional conhece os aspectos indispensáveis para a formação da construção da identidade e dos saberes do dia a dia. É, nessa fase da graduação, que os alunos podem por em prática aquilo que aprenderam. Além disso, o próprio desejo de seguir no magistério pode ser testado; quais conteúdos, como trabalhar, formas de avaliação, tudo isto e mais será posto em prática nesta fase do curso.

Pode-se concluir que o Estágio Supervisionado Obrigatório constitui-se em uma fase transitória entre ser aluno e ser professor, passando-se a vivenciar a realidade da futura profissão. No próprio Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Graduação em Letras (PP de 2017), há indicações sobre o que os estágios devem oferecer aos estagiários,

ou seja, a possibilidade de vivência de situações de ensino e de aprendizagem para que suas atitudes e habilidades sejam desenvolvidas, bem como a melhor aplicação dos conhecimentos recebidos durante sua formação.

Nesse mesmo documento, são apresentadas as prescrições para o cumprimento do Estágio Curricular Obrigatório. Nele também são previstas as atribuições da supervisora do estagiário, dentre elas, auxiliar o graduando a organizar os conteúdos de que já dispõe, ou seja, fazer a “transposição teórica” para a “transposição didática” (CHEVALLARD, 1991) dos conhecimentos adquiridos quando cursou as disciplinas teóricas do curso, mas também estimular o graduando a organizar-se para as aulas e a elaborar os planos de aula.

### **3.1. A dura realidade enfrentada pelos estagiários**

Não apenas durante o Estágio, mas durante todo o período da graduação, a participação crítica e reflexiva são orientações prioritárias da formação de professores em contextos sociais em transformação. Contudo, tomando por parâmetro a escola pública brasileira, apesar das novas tecnologias (que a passos lentos entram nas escolas), da modernização dos parâmetros e orientações curriculares nacionais e estaduais, da renovação das ideias pedagógicas com contribuições de pesquisadores internacionais e nacionais, evoluiu de forma muito lenta o trabalho real (CLOT, 2010) dos professores e o que fazem em sala de aula.

Nas atividades de formação, surgem questionamentos que demandam reflexões: professores reconhecem o trabalho que lhes é prescrito e sabem agir por iniciativa própria nos contextos em que atuam, com os recursos e limitações do cotidiano escolar? A ação do professor, no espaço singular de sua escola e de sua sala de aula, permite-lhe compreender o que está acarretando dificuldades, o que representa obstáculos para a eficiência do ensino e aprendizagem? Se cada escola, cada turma, cada aluno constitui um contexto da atividade, como é que o professor se adapta às diferentes situações? Como focar essas questões nos cursos de formação que ministramos?

Como se tem observado, em alguns momentos, os professores da escola pública têm agido em condições de isolamento, gerado por conta da própria forma de organização escolar: a fragmentação das disciplinas no conjunto curricular, a ausência de projetos coletivos, a falta de comunicação com os colegas a respeito dos problemas relacionados à escola, à turma, a



um aluno específico. Também a ausência de projetos interdisciplinares, a fragmentação dos currículos escolares em disciplinas estanques são, em parte, responsáveis pelas condições de isolamento do professor.

Machado (2007) se refere à complexidade do trabalho do professor, uma vez que se realiza a partir de uma série de prescrições: do sistema educacional, do sistema de ensino, do sistema didático, da instituição (escola) em que se encontra; mobiliza o uso de inúmeros artefatos disponíveis no coletivo de trabalho que podem ou não se transformarem em instrumentos para sua ação; é dirigido a “outrem” que não é apenas o aluno, mas também seus pais, a sociedade e mesmo o próprio professor; é um trabalho contínuo de reconcepção das prescrições em função do contexto particular de ensino e se realiza dentro da sala de aula (o que é visível) e fora da sala de aula, o que muitas vezes é invisível.

Nesse conjunto de aspectos que constituem a complexidade do trabalho docente, vemos o estágio como um espaço em que o estagiário tem a oportunidade de articular uma postura crítica frente ao trabalho observado e também o de construir uma relação de parceria para que possa fazer trocas com o profissional mais experiente – que o ajudará a ir descobrindo o real da atividade do professor.

Além disso, o trabalho educacional sofre o impacto das avaliações em alta escala, a PROVA BRASIL, o ENEM e o PISA, entre outras, que demonstram resultados desalentadores sobre a eficácia do que tem sido feito no campo da educação básica, o que exige reflexões e participação crítica consistente, sobretudo às que se relacionam à formação inicial de professores e ao ensino e aprendizagem da língua materna.

O professor se encontra diante de coerções que surgem, por exemplo, na forma de Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e, mais atualmente, da Base Nacional Curricular (BRASIL, 2017). Assim, desde a primeira série, observa-se a recomendação de propostas que impõe condutas para os (multi) letramentos ligados ao ingresso dos gêneros textuais na escola, o que também se observa em livros didáticos “recomendados” pelo PNLD (Programa Nacional para o Livro Didático).

Esse conjunto de aspectos multifacetados é o contexto com o qual o professor em sua formação inicial vai se deparar ao ir fazer o seu Estágio Supervisionado Obrigatório nas escolas conveniadas com a UEL. O que pensar das representações que esse professor irá fazer diante dessa realidade? Será que o professor em formação não será tentado a reproduzir um modelo de aula tradicional, em que o livro didático, o giz e a lousa lotada são as únicas

ferramentas didáticas a serem utilizadas, uma vez que parece que tudo está perdido, que nada mudará essa situação?

O estudo das relações entre linguagem e trabalho (MACHADO, 2004)<sup>5</sup> tem contribuído para um novo posicionamento sobre as relações entre a linguagem e o agir do professor, constituindo nova possibilidade de abordagem para os pesquisadores que têm como objeto o ensino da língua portuguesa e a formação inicial e contínua de professores. Nesse duplo enfoque, tem-se buscado aportes teóricos e metodológicos para apoiar as reflexões – tanto sobre a problemática da “transposição didática” (CHEVALLARD, 1991) dos conteúdos que dizem respeito ao ensino da leitura e da escrita –, como também sobre o “sujeito que intervém nesses processos” (DOLZ; OLLAGNIER, 2004).

Nessa perspectiva de investigação sobre o trabalho educacional, são distintas a “atividade e ação” no agir humano (BRONCKART, 2008), o que abre novos horizontes para a questão da formação de professores e sobre os estudos sobre a linguagem em situações de trabalho. Começando pela noção de conflito, que passa ser entendido como propulsor de desenvolvimento ao observarmos as situações-problema que propomos aos sujeitos em formação, conduzidas a partir da nossa mediação, na expectativa de levá-los à revisão, reconstrução ou ressignificação de conceitos de pensamento e negociação de significados.

Tomando o conflito como um possível desencadeador do processo de desenvolvimento (VIGOTSKY, [1925]2003), temos tentado compreender as representações sobre o agir educacional, que estão sendo consolidadas em nossos alunos estagiários.

Nos encontros e (re)encontros com as crenças e representações do agir docente, as análises discursivas (MACHADO; LOUSADA, 2010) descortinam tensões e conflitos vivenciados por nossos alunos em formação inicial durante o Estágio Supervisionado Obrigatório, no momento em que observa, nas escolas conveniadas com a UEL, o trabalho real, efetivamente, realizado pelos professores da educação básica da rede pública.

Os professores em exercício vivenciam o contexto atual das prescrições oficiais que demandam a abordagem da língua e da linguagem pelo viés dos gêneros discursivos que

---

<sup>5</sup> As questões relativas ao trabalho têm sido objeto de estudo para vários pesquisadores. Uns concentram-se na observação externa e se preocupam com a relação homem-máquina, outros se inscrevem na análise ergonômica, incorporando conhecimentos de outras ciências para entender o trabalho em seus múltiplos aspectos. A ergonomia tem como objeto de estudo “a atividade do trabalho” e dela nos interessa a linguagem e o trabalho como atividade situada e compartilhada, sua história, seus valores e os diferentes discursos inseridos em determinada esfera de atividade social (SOUZA-E-SILVA, 2002, p.64-65). Nessa perspectiva, situa-se a “clínica de atividade”, que método procura compreender a dinâmica das ações dos sujeitos no trabalho (CLOT, 2010; NASCIMENTO, 2014).

emergem nas práticas sociais (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992) e nas possibilidades práticas abertas sobre os “ multiletramentos” ( ROJO, 2017).

O Ministério da Educação e Desporto orienta para o ensino de LP os eixos de trabalho: **Leitura:** leitura para fruição estética de textos/obras literárias; pesquisa de trabalhos escolares, conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes, etc. (p. 70-71); **produção de Textos:** produção de textos de diversas esferas, relação com os contextos e práticas de uso dos textos, análise de condições de produção, estratégias de revisão, edição e avaliação dos textos (p.75); **oralidade:** compreende as práticas de linguagem que ocorrem em situação oral com ou sem contato face a face (p. 76); **análise linguística/semiótica:** reflexão/análise sobre/da própria experiência de realização das práticas anteriores (p. 76); Sobre o ensino da “gramática”: as práticas de outros eixos devem oportunizar situações de reflexão sobre a língua e as linguagens. (BRASIL, 2017, p.19).

Nesse documento prescritivo, consta que o trabalho pedagógico no Ensino Básico deve procurar: combater a desigualdade, respeito às diferenças, promover a contextualização social do conhecimento escolar, formar para atuação social, autonomia e o protagonismo na vida social; tentar relacionar textos a seus contextos de produção, bem como o desenvolver de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos (cf. BRASIL, 2017, p. 65).

Em conformidade com esses dois documentos oficiais, observa-se um diálogo muito produtivo abordados no Projeto Pedagógico de 2017, do curso de Letras Português da UEL. Com base neles, o curso de Letras Português assume determinada postura e se posiciona em relação aos eixos de ensino de LP, deixando constar no Projeto Pedagógico que:

- A Prática de Leitura é vista como um processo interativo; em que é contemplada a interdisciplinaridade do texto literário com outras áreas; propiciando o desenvolvimento de uma atitude crítica perante o que se lê, etc.;
- a Prática de Escrita ressalta a importância de o aluno criar o hábito de planejar, escrever, revisar e reescrever seus textos. A escrita é vista como processual, construída por fases, o que prevê o trabalho com diversos gêneros e sua função social;
- a Prática de oralidade e a Concepção de linguagem adotada apontam para a importância de se trabalhar com diferentes gêneros discursivos; relação intrínseca com as práticas sociais; adequação da linguagem conforme as circunstâncias;
- a Prática de análise linguística está ancorada no texto enquanto prática situada, o que implica a discussão sobre norma padrão e não padrão.

Fica evidente o cuidado daqueles que, direta ou indiretamente, contribuíam para elaboração do novo Projeto Político e Pedagógico, no que tange à preocupação em contemplar o que preconizam os dois documentos oficiais- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Letras (BRASIL, 2018 ) e Bases Nacionais Curriculares ( BRASIL, 2017), que é observar no conteúdo a ser desenvolvido nas várias disciplinas ofertadas no decorrer da graduação e, no momento de sua transposição didática, contempladas nas atividades desenvolvidas no período do Estágio Supervisionado Obrigatório..

#### **4. Considerações finais**

À medida em que o Estágio Supervisionado Obrigatório se articula em relação às mudanças implementadas com base nas orientações do novo PP, do curso de Letras da Universidade Estadual de Londrina (2017), novos conhecimentos sobre essa atividade tem sido trazidos para o debate, o que torna possível evidenciar a importância do estágio ao favorecer o contato com o ensino, enquanto objeto de trabalho de professores e futuros professores.

É evidente que, no contexto da organização escolar, o Estágio Supervisionado Obrigatório se desenvolve de forma singular, mas não menos determinado pelas condições históricas que abrem possibilidades concretas do exercício da docência. Dessa forma, é crucial que reconheçamos a necessidade de envolvimento dos futuros professores com a efetivação dos estágios de ensino, pois sem este envolvimento tais atividades servirão apenas para cumprir os rituais impostos pelo curso de formação de professores, não guardando nenhuma relação com o processo de aprender a ensinar.

Ainda que a importância do Estágio Supervisionado Obrigatório seja sempre discutida dentro dos cursos de Licenciatura, e de que alguns estudantes não valorizarem esta etapa do aprendizado, a possibilidade de aliar a teoria com a prática é um fator de importância fundamental para a formação de novos professores – e esse tem sido o objetivo do Estágio Supervisionado Obrigatório da UEL.

#### **Referências**

BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, Brasília: 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 28 de outubro de 2018

BRONCKART, J-P. O quadro do Interacionismo discursivo (ISD). In: \_\_\_\_\_. **O agir nos discursos**: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores. Campinas: Mercado de letras, 2008. (p.109-117)

BUENO, L. A construção de representações sobre o trabalho docente: o papel do estágio. 2007. **Tese** (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) –, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. Regulamenta o Estágio de Graduação da Universidade Estadual de Londrina. Resolução n.0166/2008. Disponível em: <[http://www.uel.br/cch/let/pages/arquivos/Regulamento\\_do\\_Estagio\\_de\\_Graduacao\\_UEL-resolucaoCEPE\\_166\\_08.pdf](http://www.uel.br/cch/let/pages/arquivos/Regulamento_do_Estagio_de_Graduacao_UEL-resolucaoCEPE_166_08.pdf)> Acesso em: 25 de setembro de 2018.

> Acesso em 10 de outubro de 2018.

Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>> Acesso em 25 de outubro de 2018.

CHEVALLARD, Yves. La transposition didactique: du savoir savant au savoir enseigné. Paris, Ed. La Fenseé Sauvage, 1991

CLOT, Y. Trabalho e poder de agir. Trad. Guilherme de Freitas, Marlene Vianna. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010

DOLZ, J.; OLLAGNIER, E. **O enigma da competência em educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MACHADO, A. R. ; LOUSADA, E. A apropriação de gêneros textuais pelo professor: em direção ao desenvolvimento pessoal e à evolução do “métier”. In: **Linguagem em (Dis)curso**, Palhoça, SC, v. 10, n. 3, p. 619-633, set./dez. 2010

FRANCISCO, C. M. e PEREIRA, A.S. Supervisão e Sucesso do desempenho do aluno no estágio, 2004. Disponível em internet. <http://www.efdeportes.com/efd69/aluno.htm>. Acesso em

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, Parecer, CNE/CES 492, 09/07/2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>> Acesso em 20 de Jun de 2018.

NASCIMENTO, E. L. O agir do professor (re) configurado nos gestos profissionais. In: \_\_\_\_\_; ROJO, Roxane. (Org.). Gêneros de texto/discurso e os desafios da contemporaneidade. Campinas: Pontes, 2014. p. 121-141

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. ed.2 São Paulo: Cortez, 2004.

Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório do curso de graduação em Letras. Disponível em: <[http://www.uel.br/cch/let/pages/arquivos/RegEstagioObriga\\_2007-2.pdf](http://www.uel.br/cch/let/pages/arquivos/RegEstagioObriga_2007-2.pdf)> Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

ROJO, R. 2017. Entre plataformas, ODAS, e protótipos: novos multiletramentos em tempos de WEB 2. *The Specialist: Descrição, Ensino e Aprendizagem*, 38 (1):1-20.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1925]2003.